

O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo

Group approach in psychoanalysis:
questions for contemporaneous political clinic

El dispositivo grupal em psicoanálisis:
cuestiones para una clínica política de nuestro tempo

Le dispositif de groupe en psychanalyse:
Questions pour une clinique politique de notre temps

Fernanda Ghiringhello Sato*
fernandagsato@gmail.com
Raonna Caroline Ronchi Martins**
raonnacrm@gmail.com
Carina Ferreira Guedes***
carinafguedes@gmail.com
Miriam Debieux Rosa****
debieux@terra.com.br

Resumo

Buscamos trazer novos aportes à utilização de dispositivos grupais nos serviços que executam políticas sociais como estratégia clínico-política de resistência à lógica de individualização e massificação do sofrimento, a partir do referencial psicanalítico. Problematizamos o uso, amiúde indiscriminado, de técnicas grupais, para apresentar aspectos éticos e teóricos da psicanálise freudolacaniana que norteiam o grupo como dispositivo clínico. Considerando alianças que podem unir um grupo —identificação, demanda e transferência— e seus possíveis efeitos de massificação, discutimos os desafios de sustentar a função de analista ao se operar esse dispositivo, que, no caso do grupo, será subverter os possíveis obstáculos, transformando-os em força viva, em resistência ao discurso de um grupo social que se quer fazer hegemônico. A partir da nossa experiência com grupos realizados em segmentos da política de Assistência Social e Direitos Humanos, trazemos vinhetas de supervisões e experiências no campo, proporcionando debates sobre grupos enquanto prática clínico-política.

Palavras-chave: grupo; psicanálise, situações sociais críticas; clínica política; resistência.

* Mestranda em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (PSC-IPUSP). Bolsista CNPQ. Psicanalista. Fundadora e membro do Núcleo Entretempos. Participante do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (IP USP)

**Doutoranda de psicologia clínica pela USP. Bolsista Capes. Psicóloga e Psicanalista. Participante do Laboratório de Psicanálise e Sociedade (IP USP) e Psicanálise e Política (PUC SP).

***Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP USP). Psicanalista. Fundadora e membro do Núcleo Entretempos

****Professora Livre-docente do Programa de Psicologia Clínica da USP onde coordena o Laboratório de Psicanálise e Sociedade e o Grupo Veredas: Psicanálise e Imigração.

Como citar: Sato, F. G. e cols. (2017). O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo. *Psicologia Política*, 17 (40), p. 484-499.

Abstract

We seek to contribute to the use of group devices in social policy services as a clinical-political strategy of resistance to the logic of individualization and massification of suffering, from the psychoanalytic perspective. We problematize the use, often indiscriminate, of group techniques, to present ethical and theoretical aspects of Freud-Lacanian psychoanalysis guiding the group as a clinical device. Considering the alliances that can unite a group —identification, demand and transfer — with possible effects of massification, we discuss the challenges in sustaining the analyst function when operating this device, which, in the case of the group, will subvert the possible obstacles, transforming them into a living force, into resistance to the discourse of a social group willing to become hegemonic. From our experience with groups in segments of the Social Assistance and Human Rights policy, we bring vignettes of supervisions and experiences in the field, providing debates about groups as a clinical-political practice.

Keywords: *group; psychoanalysis, critical social situations; political clinic; resistance.*

Resumen

Traemos contribuciones al uso de dispositivos grupales en servicios que ejecutan l políticas sociales como estrategia clínico-política de resistencia a la lógica de individualización y d masificación del sufrimiento, a partir del referencial psicoanalítico. Problematizamos la utilización frecuentemente indiscriminada de técnicas grupales, para presentar aspectos éticos y teóricos del psicoanálisis freudo-lacanian que orientan el grupo como dispositivo clínico. Ante las alianzas que pueden unir un grupo —identificación, demanda y transferencia— y posibles efectos de masificación, discutimos desafíos en sostener la función de analista al operar ese dispositivo, que, en el caso del grupo, será subvertir los posibles obstáculos, transformándolos en fuerza viva, resistencia al discurso de un grupo social que se quiere hacer hegemónico. A partir de nuestra experiencia de trabajo con grupos realizados en segmentos de la política de Asistencia Social y Derechos Humanos, traemos viñetas de supervisiones y experiencias, proporcionando debates acerca de los grupos como práctica clínico-política.

Palabras clave: *grupo; psicoanálisis, situaciones sociales críticas; clínica política; resistencia.*

Résumé

Nous cherchons à apporter de nouvelles contributions de la psychanalyse à l'utilisation des dispositifs de groupe dans les services qui exécutent les politiques sociales comme stratégie clinicopolítica de résistance à la logique l' de individualisation et de la massification de la souffrance. Nous présentons les aspects éthiques et théoriques de la psychanalyse freudolacanienne qui guident le groupe en tant que dispositif clinique. Considérant les modalités des alliances pouvant unifier un groupe: identification, demande et transfert et leurs effets éventuels de massification, nous discutons les défis de soutenir la fonction d'analyste en utilisant ce dispositif, qui, dans le cas du groupe, sera de renverser les obstacles possibles, en les transformant en résistance au discours d'un groupe social qui veut devenir hégémonique. De notre expérience avec des groupes menés dans des segments de la politique d'assistance sociale et des droits de l'homme, nous apportons des vignettes de supervisions et d'expériences sur le terrain, en proposant des débats sur les groupes en tant que pratique clinique et politique.

Mots-clés: *groupe; psychanalyse, situations sociales critiques; clinique politique; résistance*

Introdução

Este artigo pretende dar contribuição aos debates desenvolvidos no I Simpósio em Psicologia Crítica USP *Estabelecendo Diálogos: Teorias Críticas, Psicanálise, Análise de Discurso, Feminismo, Pós-Colonialismo, Epistemologia, Metodologia*, realizado na Universidade de São Paulo, em 2013, especialmente quanto às metodologias de intervenção que consideramos clínico-políticas (Rosa, 2016), particularmente trazendo à tona os dispositivos grupais. A partir da nossa experiência de intervenção psicanalítica com grupos junto a segmentos das políticas sociais, vamos elucidar os fundamentos éticos e teóricos da psicanálise que norteiam a posição do analista nos dispositivos grupais, demonstrando que a intervenção em grupo pode ser um dispositivo clínico-político de resistência à lógica de individualização e à cultura de homogeneização, especialmente diante do contexto social e político atual, que tem produzido o agravamento dos problemas sociais.

Nas últimas décadas, tanto na execução das políticas de Saúde quanto de Assistência Social e Direitos Humanos, tem sido preconizada a utilização de dispositivos grupais, gerando o crescimento de práticas como triagens, oficinas, grupos terapêuticos e socioeducativos no cotidiano dos serviços que executam essas políticas. Um dos fatores que influenciaram a priorização dessa modalidade de atendimento foi a diminuição das filas de espera e o aumento da quantidade de atendidos, ou seja, a redução dos custos (Cruz, 2015; Scarcelli, 2017). Contra essa priorização, baseada na precarização, houve movimentos de resistência por parte dos profissionais, que denunciam essa lógica econômica que impulsiona a prerrogativa dos grupos.

Entretanto, esse não foi o principal e mais importante motivo que levou ao crescimento dessas práticas, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos, Europa e Argentina. A não individualização do sofrimento, a aprendizagem de uns com os outros, o estímulo e o suporte a mudanças, por exemplo, foram fatores internos às práticas de grupos que motivaram sua utilização nas instituições e espaços comunitários. Destacamos, nesse sentido, alguns documentos e legislações das políticas de Assistência Social, Saúde e Direitos Humanos que estabelecem, em seus princípios, premissas que permitem sustentar eticamente a priorização de dispositivos grupais, tais como a Portaria 3088/11 que institui a Rede de Atenção Psicossocial (Brasil, 2011) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Outro exemplo é o documento *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (Brasil, 2013), que estabelece a segurança de convívio como uma das proteções a ser garantida pela Política de Assistência Social, apontando para a dimensão relacional da vulnerabilidade e reforçando a responsabilidade pública e coletiva de seu enfrentamento:

(...) sempre que as precariedades do lugar e da situação vivida afetar pessoas, famílias ou grupos sociais produzindo sofrimento ético-político, caberá uma ação da política [de Assistência Social] no sentido de possibilitar que a situação seja enfrentada num campo de responsabilidade pública e coletiva. (Brasil, 2013, p. 11)

De acordo com esse documento, as estratégias de convivência e, nesse sentido, as práticas coletivas, ganham especial destaque, visto que são consideradas importantes ferramentas do profissional para que os vínculos, entendidos como proteção social, possam ser fortalecidos.

Se, no âmbito da política, pode-se depreender uma prerrogativa embasada por grupos, no âmbito do cotidiano dos serviços, entretanto, essas práticas raramente possuem um referencial consistente que oriente sua execução (Broide, 2016; Fernández, 2006) e, muitas vezes, os conceitos de autores são apropriados de forma descontextualizada de sua obra, como, por exemplo, os conceitos de tarefa e grupo operativo de Pichon-Rivière (Scarcelli, 2017). Na perspectiva dos profissionais, é muito presente a queixa quanto à falta de literatura que trate justamente do que não dá certo, dos entraves, dos inícios incertos e titubeantes, dos conflitos institucionais, dos múltiplos

começos que atravessam os processos das nossas instituições, e, sobretudo, da dura e maltratada realidade brasileira (Wongtschowski & Zaher, 2015).

Escutamos com relativa frequência, nos processos de formação e supervisão em diferentes equipamentos, ansiosas demandas por dinâmicas e técnicas, mesmo antes do objetivo e sentido do grupo ter sido discutido na equipe. Compreendemos que “estar com a mão na massa” implica tomar posicionamentos diante de situações urgentes, graves e de grande sofrimento e angústia. No entanto, o que se percebe é que, na pressa e na ânsia por resolutividades de listas de espera, de demandas que emergem e ocupam as instituições, de cobranças e exigências para o cumprimento das portarias, o sentido dos grupos fica obliterado.

É recorrente a realização de grupos em estilo palestra, nos quais orientar ou “passar as informações” são os principais objetivos, e, muitas vezes, as falas e questionamentos dos participantes do grupo são tomados como algo que “atrapalham” seu funcionamento, já que dificultam que todo conteúdo seja passado. São atividades que, em sua essência, garantem a posição de saber e poder dos profissionais que buscam controlar o que pode emergir enquanto demandas que, amiúde, são tomadas como imperativo de “ter que dar conta”, oferecendo as respostas.

Escutamos nesse cenário o significativo mal-estar dos profissionais frente aos grupos e ao que eles trazem de imprevisível e como esses profissionais buscam apaziguar a própria angústia, preenchendo o espaço grupal com informações, técnicas e dinâmicas, na tentativa de controlar o incontrolável. Somam-se a essa angústia, dúvidas e desconhecimento dos profissionais sobre referenciais teóricos que poderiam nortear uma direção ética para essas práticas, o que faz com que aqueles que coordenam atividades grupais sintam-se despreparados para escutar e direcionar as falas que surgem nesse espaço, dificultando conceber o grupo como um dispositivo potente. Como consequência desse movimento de angústia e tentativa de obturação, muitos grupos esvaziam-se ou não chegam sequer a se constituir como grupo: os participantes saem do grupo ou se calam, esvaziando-se do grupo ao ir apenas para assinar a sua ficha de participação.

A prática grupal torna-se, assim, burocratizada, tanto para os usuários dos serviços, quanto para os profissionais, cujas equipes também, frequentemente, não funcionam como grupo. Nessa linha, Martins (2016) relata uma experiência que apontou para uma possibilidade de enfrentamento diante dos efeitos de burocratização vivenciados por uma equipe que trabalhava com crianças em situação de rua:

É interessante destacar a intervenção de duas supervisoras que acompanharam a formação do nosso grupo: “Vocês querem que os meninos formem um grupo, tenham união, se integrem numa perspectiva comum, uma vez que os problemas são comuns, mas não são capazes de experienciar isso entre vocês, trabalhadores”. A partir disso, pudemos reconhecer a importância da experiência desse processo que nos sensibilizou para nossos problemas comuns, e também sobre a forma como encaminhávamos os casos e como os discutíamos. Uma vez retirada a necessidade de se encaminhar tudo tão rapidamente e, conseqüentemente, sentir a impotência de não ter condições de realização para isso, conseguimos inventar um tempo e uma modalidade de trabalho que passou a ser condição de outra prática no território: uma prática comum, sustentada pelas diferentes possibilidades de composição. (Martins, 2016, p. 57).

Para os profissionais que trabalham em situações sociais críticas (Broide & Broide, 2016) alocados nas diferentes políticas existentes, o trabalho com grupos, a partir de um grupo-equipe, configura-se muitas vezes como uma demanda e um impasse, porém poucas vezes como uma possibilidade e uma experiência de potência. Para resgatar seu sentido, torna-se importante refletir sobre os referenciais éticos e teóricos que podem nortear o fazer dessas práticas grupais nas

instituições. Partimos, neste artigo, do referencial da psicanálise, principalmente das contribuições de Lacan e de outros autores que se seguiram na transmissão de seu ensino.

Psicanálise e grupos: da massa ao enodamento de subjetividades

(...) se, nessa corrida para a verdade, é apenas sozinho, não sendo todos, que se atinge o verdadeiro, ninguém o atinge, no entanto, a não ser através dos outros (Lacan, 1998a, p. 212).

Apesar de Freud não ter trabalhado clinicamente com grupos, sua metapsicologia está fundamentada em uma concepção de homem que considera o funcionamento mental como sendo formado na interação do sujeito singular com o mundo que o cerca (Freud, 2011). Essa concepção de sujeito oferece possibilidades de compreensão sobre as marcas que um cuidador, uma família, um grupo, uma instituição ou uma sociedade imprimem na formação da subjetividade.

Mesmo com essa abertura teórica, prevalece a leitura de que a inserção do singular nos espaços compartilhados foi pouco desenvolvida por Freud¹. Tanto em *Psicologia das Massas e análise do Eu* (1921/2011), quanto em *Totem e Tabu* (2012), há uma correlação entre a psicologia das massas e o estudo da homogeneidade, e a psicologia individual aparece voltada para a singularidade do eu. Nas massas, o único que pode se diferenciar é o líder do grupo, o chefe da horda, cabendo aos irmãos se manterem indiferenciados, sob o risco de atraírem a hostilidade do coletivo.

A possibilidade de conceber teoricamente o sujeito na sua dimensão singular em situações coletivas, embora advinda dos textos e concepções freudianas, pôde ser construída apenas após a consolidação de uma tradição clínica voltada para o estudo dos grupos. As primeiras experiências psicanalíticas com grupos tenderam a homogeneizar os sujeitos singulares nos espaços coletivos, como se estes formassem uma unidade homogênea desprovida de singularidades. O próprio grupo assumiu características antropomórficas e tornou-se um grande sujeito, sendo comuns interpretações tais como “o grupo está com medo” ou “o grupo está pensando” (Fernández, 2006).

Tanto o efeito imaginário de totalização a que tenderiam os grupos, em sua vertente identificatória entre os integrantes, quanto o lugar de mestria a que o líder é convocado a ocupar, foram alvos de críticas de analistas lacanianos, muitos deles contemporâneos a Lacan (Pontalis, 1963). Lacan (1992a) teceu críticas aos efeitos imaginários de homogeneização e totalização e, portanto, de alienação, que fazem obstáculo à emergência do sujeito do inconsciente, marcado pela inconsistência e diacronia. É interessante notar, no entanto, que essas proposições de Lacan não foram centradas no dispositivo do grupo, mas sim explicitamente ligadas à sua reiterada crítica ao objetivo da análise na vertente pós-freudiana de sua época, que se centrava na identificação ao ego do analista, tomado como ideal.

Essa diferenciação entre o grupo como dispositivo de trabalho e a massa como efeito de totalização é também enfatizada por Jasiner (2008), que propõe pensar em uma tensão entre efeito-massa e efeito-sujeito, que em nada se assemelha à oposição individual versus grupal, visto que a noção de indivíduo é solidária à de massa e que o sujeito, para a psicanálise, não é sem o Outro.²

¹ Segundo Silveira (2015), a psicanálise não teve circunscrito o grupo como uma questão de interesse tal como entendemos hoje. Menciona que Freud empregou de forma indistinta a palavra alemã *masse* para falar de grupos, massa, organização ou instituição, gerando, inclusive, diferentes traduções de seu texto *Massenpsychology und Ich-analyse*, ora traduzido por psicologia de grupo e análise do eu, ora como psicologia das massas.

² Lacan propõe uma diferenciação entre o pequeno outro, grafado em minúscula, que se refere ao outro semelhante, com que nos relacionamos, e o grande Outro, campo da cultura e da linguagem, que antecede o sujeito e de onde provêm os significantes que o constituem e o representam.

Jasiner enfatiza que essa tensão entre esses polos não é exclusiva dos dispositivos grupais e que ao supô-la, cai-se no risco de pensar que, não se fazendo grupos, evita-se o problema da massa.³

É importante enfatizar que o próprio Lacan fez menção a dispositivos e cenas grupais ao longo de sua obra: o *Banquete de Platão*, trabalhado ao longo do Seminário sobre a transferência (Lacan, 1960/1992b), o dilema dos prisioneiros (Lacan, 1998a) e mesmo a proposição do cartel como um dos principais dispositivos da Escola (Lacan, 2003a). Um dos exemplos mais conhecidos é o elogio ao psicanalista inglês Bion no texto *A Psiquiatria Inglesa e a Guerra* (Lacan, 2003b), no qual Lacan comenta a experiência dos médicos Bion e Rickmann em um hospital militar como uma travessia do Rubicão em termos de inovação de método: “Nele encontro a impressão de milagre dos primeiros avanços freudianos: encontrar no próprio impasse de uma situação a força viva da intervenção” (Lacan, 2003b, p. 113). Diante de soldados afastados, caracterizados por não se submeterem à disciplina, Bion tratou o que se colocava como resistência “no nível do grupo” (p. 113): propôs que os próprios soldados formassem, a seu critério, pequenos grupos de trabalho, definidos a partir de algum objeto de ocupação —que incluiu a proposição de aulas de dança e música, por exemplo—cujo andamento seria acompanhado por reuniões diárias. O que Lacan destaca são os efeitos deste trabalho, que foram desde uma retificação subjetiva ao que se apresentava como queixa a uma ineficácia do funcionamento do exército, à formação de um “bom espírito de grupo” (p. 116) e a melhora dos soldados.

Uma das questões que podem ser depreendidas dessa experiência comentada é sobre o que pode unir um grupo, e quais os efeitos dessa união. Para Freud (2011), os indivíduos se unem nas massas a partir da colocação do líder como Ideal de Eu, o que faz com que se identifiquem posteriormente entre si. A massa se forma, nesse sentido, via identificação. Dunker (2016) aponta que, além da identificação, a demanda e a transferência também podem operar no funcionamento do coletivo. O que esses diferentes laços trariam como efeito para o funcionamento do grupo?

Os efeitos de massa gerados por um grupo que se sustenta via identificação são amplamente conhecidos. Grupos organizados pela identificação tendem ao efeito entrópico e à disciplina, na medida em que prescindem do reconhecimento de predicados particulares, sustentando-se a partir da segregação de quem foge à imagem veiculada pelo grupo (Dunker, 2016). Nesse sentido, podemos destacar as formas como são usualmente organizados os grupos nos serviços de Saúde e Assistência Social —por patologias (diabetes, hipertensos, gestantes, usuários de drogas), por violações de direito (mulheres vítimas de violência, adolescentes em medidas socioeducativas), por vulnerabilidades (usuários do *Bolsa Família*, idosos)— e como, o mesmo significante que inclui o sujeito no grupo poderia dificultar um trabalho psíquico, na medida em que reifica a própria condição de exclusão, podendo promover a segregação, fortalecer a identificação e dificultar vislumbrar a dissolução do grupo.

Em contrapartida, grupos formados em torno de transferências ou demandas, apesar de também se constituírem a partir de algo em comum, formam-se fundamentados em agenciamentos contingentes. Podemos citar como exemplo os movimentos sociais e coletivos que se unem em torno de uma demanda comunitária, a partir da qual as pessoas se mobilizam para estar juntas pelo tempo necessário que a mesma implicar. Outra referência são os grupos terapêuticos, como os exemplos trazidos por Cruz (2015). A partir da proposta de dispositivo clínico, o autor passou a receber num

³ Holanda e cols. (2015) realizaram uma revisão de literatura atual sobre psicanálise e práticas com grupos, tendo encontrado uma significativa discrepância entre a quantidade de trabalhos orientados pelas concepções de Lacan e as de Anzieu, Kaes e Pichon-Rivière. As autoras, em pesquisa no portal de periódicos e banco de teses da Capes, usando as palavras-chave “psicanálise” e “grupos” encontraram 59 artigos, dos quais nove foram descartados por abordarem outras temáticas. Dos 50 restantes, 47 abordavam temas relacionados à psicoterapia psicanalítica de grupo, grupanálise e técnica de grupos operativos (práticas fundamentadas em Anzieu, Kaes e Pichon-Rivière. Em nova pesquisa, acrescentaram a palavra-chave “Lacan” aos outros dois termos de busca: dos 27 trabalhos encontrados, 21 não abordavam a questão da prática de grupos e em três dos seis restantes a temática aparecia apenas incidentalmente. Mais produções foram apenas encontradas utilizando-se outros locais de busca, como Google Acadêmico, por exemplo.

mesmo espaço pacientes encaminhados de diversos setores do hospital (gastrologia, psiquiatria, etc.), sustentando o grupo a partir da transferência com o coordenador, mas também pela transferência com os outros do grupo, sem que, para isso, tivessem que se perceber como iguais.

Jasiner (2008) propõe, por conseguinte, referências lógicas para se pensar o grupo, o que se diferencia de uma lógica do grupo. A partir da lógica borromeana, propõe uma diferenciação entre massa e enodamento de subjetividades. Se, na lógica esférica, algo ou alguém ocupa o centro, do qual todos os outros pontos estão equidistantes, na lógica borromeana o centro é um buraco, na qual o objetivo está em criar um saber-fazer com o nada. Trata-se de ultrapassar da ideia de um trabalho individual no grupo ou da ideia do grupo como um todo para fazer laço social. A proposição é que, a partir da possibilidade de estar um com os outros e, perante, inclusive, à impossibilidade de compor um todo, ou seja, nesse impasse e vazio, os participantes possam afetar-se um aos outros, dar-se conta de sua posição no laço discursivo, reposicionarem-se e, se for o caso, produzir ideias e formular ações.

Nesse sentido, Dunker (2016) aproxima o que Bion chamou de “grupo de trabalho” do que Pichon-Rivière designou como “grupo operativo orientado para a tarefa” e do que Lacan nomeia como “transferência de trabalho”, destacando a expressão trabalho como indicativo de uma relação contra-alienante em que pode emergir da prática de um coletivo, ou seja, da direção em que não é preciso ser igual para se fazer algo junto. Para Pichon-Rivière (2005), é justamente a heterogeneidade entre os participantes que oferece condição e viabiliza a homogeneidade da tarefa e o trabalho no grupo. O que constitui o nó grupal desloca-se, assim, do líder ou da ideologia como centro do grupo para o trabalho grupal e a possibilidade de operar através do furo.

Ramos (2015), ao comentar sobre as manifestações ocorridas no Brasil em 2013, a partir da lógica coletiva proposta por Lacan, formula que esta é possível quando:

O ser humano aparece como traço distintivo e não como elemento unificador. Noutras palavras, humano é aquele em condições de se afirmar como tal apesar da condição potencial de lhe ser negada a humanidade. Um homem não sabe o que é um homem. O único saber que tem é o do que não é um homem (saber sobre o horror e o real da barbárie). Mas os homens, um a um, se reconhecem entre si. Não é no saber sobre o humano como elemento unificador que a humanidade se sustenta, e sim no fazer-se humano contra o não-humano já sabido. O humano não pode ser, portanto, predicado comum a todo elemento da coleção humanidade, posto que isto se reconhece e se afirma um a um no próprio laço, mas sem que se saiba o que é. O humano é ato de negar-se como não-humano, de modo a fazer da humanidade não uma coleção de seres marcados pelo atributo humano, mas sim um coletivo formado por aqueles que, um a um, puderam negar sua não-humanidade: o conjunto, então, não pode ser universal (todo homem é); mas precisa colocar-se pela via existencial: não existe humano que não tenha negado sua não-humanidade. (Ramos, 2015, p. 5-6)

Destaca-se, assim, duas condições propiciadas pela formação de grupos em que predominam laços de demanda e/ou transferência: a efemeridade, que remete à própria condição evanescente do sujeito; e a possibilidade de os participantes do grupo se afetarem uns aos outros e se reconhecerem um a um, ou seja, de todos contarem a partir de sua posição singular.

A proposição de grupo enquanto dispositivo clínico deve ser sustentada a partir tanto da ideia de trama —o grupal—, quanto de traço —a singularidade (Jasiner, 2008), para que se possa se instaurar o trabalho grupal. Esse enodamento de subjetividades, no qual existe a possibilidade de advir da singularidade do sujeito, e uma heterogeneidade discursiva do grupo em operar e se colocar a trabalhar, exige um tempo, que pode contradizer as premissas de produtividade das instituições nas

quais o dispositivo grupal é realizado, para a instauração de uma transferência e construção de uma questão/enigma a partir da qual os sujeitos se implicam a trabalhar no grupo.

A partir dessas considerações, cabe perguntarmos sobre os alcances e potências do uso do grupo como dispositivo clínico em situações sociais críticas (Broide & Broide, 2016) e os desafios em sustentar a função do analista ao operar nesses contextos que convocam um fazer em relação ao político.

Da resistência do analista ao desejo de analista como resistência

Em *Função e campo da fala e da linguagem*, Lacan (1998b) condiciona a permanência da práxis analítica à formação do analista, de modo que este possa proteger a prática da psicanálise de sua obsolescência: “Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (p. 322). Frente às questões de nosso tempo, que se apresentam aqui no Brasil devido ao contexto social e político em que vivemos, é importante não recuar como psicanalistas diante das situações sociais críticas que se apresentam.

Denominamos de situações sociais críticas, de acordo com Broide e Broide (2016), as situações de urgências sociais que convocam a responsabilidade do analista perante o mal-estar na cultura e o desamparo psíquico e social. Tais situações, embora muitas vezes sejam atendidas no âmbito das políticas de Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos, transcendem o escopo específico de cada política, na medida em que se trata de reconhecer a barbárie que coisifica o que é ser homem e expropria de humanidade aquele que fica como resto (Ramos, 2015), colocando em relevo o inconsciente e a singularidade do sujeito. Nessa perspectiva, Rosa (2016) nomeia de psicanálise clínico-política as respostas possíveis do psicanalista diante dos conflitos da *pólis*, ressaltando a importância do deslocamento do psicanalista ao território onde urgem esses conflitos sociais.

Broide (2014), ao discutir sobre o trabalho do psicanalista nessas situações, propõe pensar no caráter político das “figuras de exclusão”, e Soler (2012, citado por Broide, 2014) situa o valor político do sintoma neurótico: tanto no caso das neuroses de guerra, em que os sintomas apresentados pelos sujeitos que os impediam de voltar ao front levantavam dúvidas se estavam mesmo doentes ou se estes expressavam sentimentos antimilitaristas, quanto no caso das conversões históricas, com suas manifestações incapacitantes, o sintoma ganha valor político na medida em que objeta, coloca em causa a ordem vigente do discurso do mestre (do militar) ou da sexualidade de uma época.

De forma análoga, as figuras de exclusão atuais —pessoas em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, etc.— devem ser pensadas como um acontecimento clínico, na dimensão política da opressão e em sua dimensão ética de resistência, já que fazem objeção à lógica capitalista, na medida em que:

(...) expõem o corpo, perambulam nas ruas e nas instituições manicomiais, carcerárias e penais, não respeitam fronteiras e ocupam brechas entre a lei, a disciplina e a moral. Radicalizam a alteridade, perturbando as ficções de identidade. Ignoram que, ao mesmo tempo em que explicitam a divisão subjetiva própria, desvelam e trazem à tona o sintoma social —considerando-se o sintoma social como marca que particulariza uma sociedade, assim como o sintoma do sujeito particulariza a sua forma de inscrição no discurso. (Broide, 2014, p. 3)

Para que essas situações possam ser alçadas à condição de um acontecimento clínico-político, é necessário que suas ações sejam escutadas como mensagens destinadas ao Outro, implicando sujeito e destinatário, e não como mero desvio da norma. É sobre essa delicada posição de escuta que

gostaríamos de discutir, no percurso entre resistência e desejo de analista, procurando situar qual posição ética possível pode responder, nos dispositivos grupais, à subjetividade de nossa época por meio de uma lógica coletiva e não das massas.

Segundo Rosa (2016), Freud era afeito a termos vindo da política e da guerra —o verbo usado em alemão para se referir à resistência é *sträuben*, que quer dizer manter-se à distância, assumir atitude de reserva. O termo resistência (Maliska, 2004) foi usado por Freud, num primeiro momento, por ocasião de sua autocrítica da hipnose e da sugestão como técnicas de intervenção. Ele reconhecia como legítimas as resistências do paciente ao enfrentar a “tirania da sugestão”. A expressão é sugestiva para legitimar a defesa em relação aos excessos diretivos da sugestão. Posteriormente, revela várias faces: a conotação de resistência ao/contra o tratamento analítico transforma-se em defesa —resistência do eu para não traumatizar, não repetir— e se torna uma face da transferência, possibilitadora da análise.

Nessa perspectiva, a resistência pode ser considerada como uma produção singular do sujeito a serviço de resguardá-lo às tentativas de homogeneização levadas a cabo pela cultura de nossa época (Canavez & Herzog, 2011), posição a partir da qual se destaca a importância da escuta tanto do analista como dos pares entre si, fenômeno que o grupo possibilita.

Trata-se, nesse caso, do oposto à homogeneização. Formigoni (2017) considera a homogeneização como efeito da aliança entre o discurso científico e o capitalista, que reduz os indivíduos a objetos de um saber do Outro que “vocifera conhecimentos, palavras de ordem e respostas que, além de prometerem aniquilar as angústias e conquistar o almejado bem-estar, serviriam igualmente a todos” (p. 75). Esses saberes totalizantes acabam por aprisionar o sujeito em conjuntos uniformizados, como por exemplo, os refugiados, os “noias”, os garotos da periferia e as mulheres, que supostamente teriam especificidades que os segregam em massas humanas, deixando de fora tanto as singularidades quanto a condição humana que nos une. Nesse sentido, a resistência perante às injunções que aspiram à universalidade científica ou à individualização capitalista não devem ser compreendidas como obstáculos e sim como o que insiste da singularidade do sujeito.

É possível aproximar essa compreensão de resistência à do caráter político do sintoma, no sentido em que ambas expressam o movimento de subversão à norma, resguardando algo da singularidade do sujeito, o próprio cerne da experiência analítica, e caberia, portanto, ao analista escutar e acolher.

Nessa linha, Lacan (1958/1998c) situa a resistência do lado do analista, considerando que ela se expressa quando o analista não se atém à realidade do discurso, ponto de não saber, mas à realidade factual, imaginária, partindo, portanto de suas concepções.

Segundo Rosa (2016), será a outra face da resistência, trazida por Lacan, a orientadora nas práticas clínico-políticas. Segundo Lacan (1985, p.287), “Existe apenas uma resistência, é a resistência do analista”. E alerta: “A boa vontade do analisante não encontra jamais nada pior que a resistência do analista” (1977, p.2). Sendo assim, a resistência à escuta é do analista, pois, para o analisante, é necessário que cumpra a regra fundamental da psicanálise, bastando somente que fale tudo o que lhe vem à mente sem censuras.

Daí em diante, para que haja análise tem que haver escuta. Ou seja, que o analista ocupe o seu lugar, que deve ser o de escuta. Essa resistência nos aflige, uma vez que diz claramente que o fundamental está na escuta e não nas limitações imaginárias do paciente. Converte com os testemunhos de pessoas que voltam de conflitos relacionados à guerra e a outras situações dramáticas, as quais afirmam não poderem falar, pois não há quem se disponha a escutar. (Rosa, p. 80)

Assim, Lacan destaca o desejo do analista como condição fundamental da análise, na medida em que determina o lugar a partir do qual o analista responde e em nome do que ele atua. Desejo de analista que é, essencialmente, de que o sujeito possa realizar sua análise, sem que haja um direcionamento indicado pelo analista, que implica, justamente, abrir mão de uma posição de poder para ocupar um lugar vazio, de semblante, na medida em que ignora a verdade do sintoma do sujeito. Cabe destacar que nenhum analista está a salvo de responder com seus preconceitos. Assim, são necessárias não apenas a análise pessoal, a supervisão e a formação teórica, mas também a reflexão sobre os discursos hegemônicos de seu tempo e a inflexão política destes, que determinam lugares de fala ou silenciamento no campo social e político, para que seja possível a sustentação rigorosa desse exercício clínico.

Cruz (2015) e Broide (2016) apontam como o psicanalista em grupo, tal como num atendimento com um único sujeito, não atende às demandas, mas está referido ao próprio processo analítico: é a tarefa que ocupa o centro do trabalho grupal e não quem o conduz. Cruz (2015) destaca a função do analista como mais-um, proposta por Lacan em relação ao cartel, como alguém que descompleta o grupo, não deixando que ele se feche e a fim de que se organize em torno de uma causa e não de um líder.

Consideramos que função do psicanalista no grupo é facilitar os descolamentos imaginários e os deslocamentos dos significantes na cadeia associativa dos participantes (Cruz, 2015). É a partir dos enganos e dos deslizos na linguagem que o analista opera, acolhendo a emergência dos significantes coletivizantes para remetê-los ao grupo, de forma que se produza um saber sobre os desencontros, na medida em que os significantes em comum podem ter diferentes sentidos para cada participante.

O analista faz parte do grupo, ou seja, ao mesmo tempo em que se mantém como separado deste, ele intervém no grupo, encarregando-se de fazer o trabalho avançar. Nesse sentido, é a partir do desejo do analista e da sua formação e transferência com a psicanálise que é possível sustentar um lugar ético, abstendo-se de um saber prévio e resistindo ao empuxo de ocupar um lugar de mestria, e muitas vezes superegoico, em relação ao grupo.

Em relação à atuação em situações sociais críticas, o empuxo parece ser ainda mais intenso: as situações que emergem e que contêm em si uma urgência desesperada e uma cronificação mortífera (Guedes, Sato, & Joia, 2015) trazem à baila questões que versam sobre formas cruéis de desamparo, violência e exposição de corpos e vidas. Os profissionais, ao escutar esses apelos, muitas vezes se desesperam e se sentem igualmente desamparados e impotentes diante das demandas de soluções imediatas para questões históricas, de desigualdade social e do contexto político e social em que vivemos. Afinal, como suportar o mal-estar? Como escutar para além daquilo que faz massa e parece constituir um bando específico —pessoas em situação de rua, pessoas que sofrem violência, “noias”— entre tantos outros significantes que segregam sujeitos como diferentes? Como intervir incluindo a impossibilidade?

A clínica que aborda a dimensão sociopolítica do sofrimento exige uma psicanálise implicada, que leve em conta os efeitos de desamparo discursivo dos sujeitos (Rosa, 2016). Nessa perspectiva é possível encontrar o eixo condutor nas intervenções psicanalíticas e seus impasses nos contextos marcados por conflitos políticos e culturais, como nos casos de choques sofridos por grupos sociais, diante dos quais se propõe a elaboração coletiva do trauma. O ponto de partida é o sujeito em sofrimento que nos faz interrogar a respeito das condições necessárias para atendê-lo do modo como ele pode se apresentar naquele momento. Em outras palavras, parte-se de onde é possível fazer laço com o outro. Essas considerações sobre resistência e desejo de analista nos permitem retomar a provocação proposta pelo próprio Lacan (1998c) de que cabe ao analista alcançar a subjetividade de sua época. A isso que aparece como obstáculo, como resto, é ao alçá-lo ao estatuto de causa que se

abre para a interrogação do manejo clínico, exigindo que a clínica se reinvente e que o analista se posicione a partir de seu desejo de analista (Rosa, 2016).

Retomando as interrogações feitas sobre quais respostas cabem a um analista diante das questões de nosso tempo, trazemos dois recortes de cenas de grupos realizados a partir de nossas práticas em diferentes situações sociais críticas, de forma a problematizar as respostas possíveis, entre a resistência e o desejo de analista como resistência à lógica individualizante e massificante do sofrimento.

A primeira cena descreve um recorte de um grupo com adolescentes em conflito com a lei realizado em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto trazido para discussão na supervisão institucional realizada no serviço:

Dias após uma chacina decorrente de uma ação policial, moradores do território organizaram um ato no qual atearam fogo em um ônibus, em protesto, paralisando uma rodovia. Os adolescentes atendidos pelo serviço, dias após o ocorrido, vieram ao grupo que acontecia periodicamente na instituição e, extasiados, contaram sobre o ato de que haviam participado. As técnicas que coordenavam o grupo, horroizadas com a violência do ônibus queimado, buscaram ponderar com os adolescentes sobre outras formas de protesto “mais pacíficas”, como uma passeata ou a confecção de cartazes. Os adolescentes prontamente responderam que assim não seriam ouvidos, uma vez que ninguém leria cartazes feitos por eles, e ameaçaram “colocar fogo no serviço”. (registro de supervisão de Carina Ferreira Guedes e Fernanda Ghiringhello Sato)

Na cena, o ato de protesto é escutado a partir da posição identitária “das técnicas” que se colocavam em oposição ao grupo “dos adolescentes em conflito com a lei”. O protesto é recebido como mais um ato infracional, de forma que as vertentes de demanda de reconhecimento, presentes na formação do grupo que se organizou para realizar o ato, assim como a vertente da transferência, já que alguns participantes destinaram sua fala ao grupo, ficaram obturadas pela lógica identitária. Ao ficarem paralisadas em sua função, tomada de forma burocrática, as profissionais, chamadas de técnicas, respondem de forma técnica, aqui traduzida como moral, descontextualizada, naturalizando e tentando aplacar a violência atribuída aos adolescentes. Não escutam, assim, a tentativa de elaboração de luto diante das mortes, da violência e infração da própria polícia e da angústia dos adolescentes quando outros como eles são assassinados, como se a vida deles não tivesse valor, não fizessem falta, ou seja, não fossem reconhecidos pelo Outro. A morte de adolescentes por uma ação da polícia não é tomada como uma questão que diz respeito também às técnicas do serviço e, assim, não há o que fazer junto, na medida em que não é possível reconhecerem-se uns aos outros, escutar a posição de quem fala e se deixar afetar por ela.

Os meninos, por sua vez, respondem: resistem, insistem, ameaçando repetir, em ato, no serviço, o que não pode ser escutado pela via da palavra. Reposicionam, nessa ameaça, o serviço, que deixa de operar como um lugar onde podem apelar a um outro tipo de escuta para ser, tal como o ônibus, algo que pode ser queimado para servir de mensagem a um Outro. O grupo aqui faz massa e segrega, cada qual submetido a atributos distintos.

Se consideramos o grupo como dispositivo potente e privilegiado para trabalhar as questões e efeitos para os sujeitos que vivenciam situações sociais críticas, é justamente pela possibilidade de fazer laço, de alçar como questão do humano as situações vivenciadas por alguns e pela possibilidade de, diante do mal-estar e do que segrega, subverter e recriar formas de estar juntos e se reconhecer.

Nesse sentido, apresentamos um recorte de um grupo que se formou na criação de um bloco de carnaval na região de São Paulo conhecida como “Cracolândia”, que teve uma significativa

ressonância no território. A formação desse grupo aconteceu a partir da realização um projeto piloto, *Projeto Oficinas*, fruto de uma parceria do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) Interlagos com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), entre os anos de 2014 e 2016. Consistia em sucessivas propostas para essa região, apoiadas em metodologias de intervenção que procuravam considerar o contexto, os atores que estavam ali para, a partir desse mapeamento, dessa cartografia, preparar suas ações.⁴

Uma destas foi a criação de um coletivo de trabalhadores da região da Luz (*Coletivo Sem-Ternos*), que se propunha a construir ações coletivas no território. Diante da proximidade da data de carnaval, esta foi considerada uma boa oportunidade para se colocar em prática o que vinha sendo discutido: misturar quem usualmente não o faz, fazer circular quem tradicionalmente saía na rua fantasiado de “noia”. Por meio de oficinas, foram produzidas máscaras e fantasias com as pessoas que moravam e circulavam na região. Não raro surgiam relatos de usuários que diziam terem se esquecido de usar *crack* por se entreter na atividade. Conforme as oficinas foram sendo realizadas, com várias mãos e atores do território, grupos de pessoas foram se misturando e convivendo nesse processo: usuários dos serviços, trabalhadores do estado, do município e transeuntes. O nome foi decidido de forma bem improvisada, porém quase unânime, a partir das vozes de trabalhadores e usuários que gritavam na rua enquanto eram elencadas as sugestões: “Blocolândia”. O bloco tinha cor, gente, fantasia, samba-enredo e muita gente diferente. Agradou até aos trabalhadores de uma empresa de seguros da região, que acenavam e também compartilhavam o espaço da rua com os “noias”, supostamente portadores de um grande perigo que os faziam nem se aproximar. No bloco e na pequena marcha pelo território, cantavam juntos:

Alô família
o bloco da pedra tá na rua
a rua é minha, a rua é sua
ninguém nunca tá só nessa vida nua e crua
No sol, na lua
o bloco da pedra tá na rua
eu viro pedra, eu viro pó
eu já sou crack pra desenrolar os nós (...)

Um dos efeitos que pode ser depreendido dessa cena é a possibilidade de enodamento do grupo para além da identificação, por meio da reunião em torno de um objetivo comum —criar um bloco de carnaval— de pessoas em diferentes posições sociais, permitindo novas aproximações entre os participantes. Também em relação aos “noias”, as oficinas possibilitaram uma circulação social para além do estigma de marginais, bandidos e drogados.

A marcha do bloco de carnaval, cantando a possibilidade de não estar só nessa vida nua e crua, ressignificou a sua condição como uma condição de todos e não apenas da população considerada marginalizada, permitindo uma inscrição e um tratamento simbólico para o horror. A possibilidade de falar sobre a vida nua e crua, sobre nosso lado não humano, já implica uma mudança na posição subjetiva, mesmo que as condições concretas não tenham tido uma significativa mudança. *Ser craque em desatar os nós* já é efeito de um deslocamento significativo que possibilitou brincar e criar outros significados onde só havia pedra, pó e crack.

Destacamos a invenção e a criatividade como elementos fundamentais na criação de dispositivos grupais. Foi a partir da possibilidade de aproveitar-se da contingência —a aproximação das festividades de carnaval— que foi produzida uma ação a partir do desejo dos participantes do coletivo e da leitura que já haviam realizado sobre o território, que o grupo pôde produzir a “força viva da intervenção” (Lacan, 2013, p.113), deixando-se levar pelo espírito do carnaval e pelas

⁴ Projeto Oficinas: Sistematização do saber adquirido a partir da experiência de trabalho.

próprias produções do grupo, que não podiam ser previstas de antemão, mas que puderam ser acolhidas ao longo do trabalho realizado.

Buscamos, com base no relato e na discussão dessas duas experiências de cenas grupais em situações sociais críticas, enfatizar a força viva do grupo que não está no apego às técnicas e às identidades grupais, mas sim na capacidade de escutar os sujeitos e seus sofrimentos para além das urgências sociais em que se apresentam, respondendo a partir do que pode fazer laço, da implicação e do desejo de analista.

Considerações finais

O artigo demonstra teórica e clinicamente que a intervenção em grupo pode ser um dispositivo clínico-político de resistência à lógica de individualização e à cultura de homogeneização, nos contextos marcados por conflitos políticos e culturais. A clínica que aborda a dimensão sociopolítica do sofrimento exige uma psicanálise implicada, que leve em conta os efeitos de desamparo discursivo dos sujeitos. Assim, não se trata de exaltar uma técnica, a técnica de grupo, mas sustentar um dispositivo que permita a escuta do sujeito em sofrimento, partindo de onde é possível fazer laço com o outro.

As considerações sobre resistência e desejo de analista nos permitem afirmar que cabe a este alcançar a subjetividade de sua época, abordando os desafios de sustentar a função do analista em contextos que convocam um fazer em relação ao político. Destacamos a direção do trabalho a ser restituída a cada momento: da resistência do analista ao desejo do analista como resistência. Desse lugar, a escuta pode operar não como algo natural, mas a partir da reflexão entre os pares do seu lugar de alienação no discurso. Assim, reiteramos a importância, na formação do analista, da relação com os pares não semelhantes —na teoria, o diálogo com outros campos de conhecimento; na clínica, o diálogo com os pares e ímpares para a reflexão sobre os discursos hegemônicos de seu tempo e a inflexão política desses discursos que determinam lugares de fala ou silenciamento no campo social e político, para que seja possível a sustentação rigorosa desse exercício clínico-político.

Trouxemos dois recortes de cenas de grupos realizados em diferentes situações sociais críticas, de forma a problematizar as respostas possíveis, entre a resistência e o desejo de analista. Vimos que, o que aparece como obstáculo, como resto, cabe à escuta alçar ao estatuto de causa, o que abre para a interrogação do manejo clínico, exigindo que a clínica se reinvente e que o analista se posicione.

Teoricamente, servimo-nos da lógica borromeana, em que o centro é um buraco, na qual o objetivo está em criar um saber-fazer com o nada. A proposição do trabalho é que, a partir da possibilidade de estarem um com os outros e, perante, inclusive, a impossibilidade de compor um todo, os participantes possam afetar-se uns aos outros, dar-se conta de sua posição no laço discursivo, reposicionarem-se, e, se for o caso, produzir ideias e formular ações.

O grupo pode permitir uma relação contra-alienante que pode emergir da prática de um coletivo, ou seja, não é preciso ser igual para se fazer algo juntos. Retomamos Pichon-Rivière (2005) para destacar que a heterogeneidade entre os participantes é o que oferece condição e viabiliza a homogeneidade da tarefa e o trabalho no grupo. O que constitui o nó grupal desloca-se, assim, do líder ou da ideologia como centro do grupo, para o trabalho grupal e a possibilidade de operar através do furo.

Apresentamos, ainda, a possibilidade de enodamento do grupo para além da identificação, por meio da reunião em torno de um objetivo comum que, como a segunda cena apresentada pode dar a ver, possibilita uma circulação social para além do estigma, no caso, de marginais, bandidos e drogados; ressignifica a condição de cada um como uma condição de todos e não apenas da

população considerada marginalizada, permitindo uma inscrição e um tratamento simbólico para o horror. Exemplifica a invenção e a criatividade como elementos fundamentais na criação de dispositivos grupais.

Destacam-se as duas condições propiciadas pela formação de grupos em que predominam laços de demanda e/ou transferência: a efemeridade, que remete à própria condição evanescente do sujeito; e a possibilidade de os participantes do grupo se afetarem uns aos outros e se reconhecerem um a um, ou seja, de todos contarem a partir de sua posição singular. Sob essa lógica de grupo, não podemos acompanhar os processos e efeitos em cada um; também nos perguntamos pela sustentação desses efeitos no sujeito e no laço social.

Pudemos apresentar as bases teóricas e a direção clínico-política do trabalho em grupo, a potência e os efeitos do grupo, grupos formados em torno de transferências ou de demandas. Ainda com indagações sobre a clínica política, de qualquer modo, este artigo pensa modalidades de acesso à força viva, à possibilidade de escutar os sujeitos e seus sofrimentos para além das urgências sociais em que se apresentam, respondendo a partir do que pode fazer laço, da implicação e do desejo de analista.

Referências

- Brasil. (2011). *Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde*. Diário Oficial da União. Brasília.
- Brasil. (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Brasília: MDS.
- Broide, E. (2014). Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: Do resto à causa. *Intellectus Revista Acadêmica Digital*, 27 (Volume Especial de Psicologia), Abril/Junho.
- Broide, E. (2016). Os grupos na instituição: lógicas e problemáticas. In: Guedes, C. F. & Sato, F. G. (Orgs.). *Caderno Enlaces: textos de referência do projeto de formação de profissionais da Assistência Social de Osasco*. Vol.3. São Paulo: Núcleo Entrempos.
- Broide, J. & Broide, E. (2016). *A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções*. 2ª Edição. São Paulo: Ed Escuta.
- Canavez, F.; Herzog, R. (2011). De Freud a Deleuze: Os descaminhos da resistência. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(48), p.111-118. Acessado em 27 de julho de 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n48/a13v21n48.pdf>
- Cedeca-Interlagos. (2016). *Projeto Oficinas: Sistematização do saber adquirido a partir da experiência de trabalho*. Acessado em 04.11.2017, de <http://cedecainterl.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2017/02/sistematizacao-Projeto-Oficinas.pdf>.
- Cruz, I. N. (2015). *Contribuições da psicanálise lacaniana às práticas de grupo nas instituições de saúde*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.
- Dunker, C. I. L. (2016). Políticas de identidade e a busca de um novo modelo de crítica. *Revista Fórum*, São Paulo. Acessado em 17 de fevereiro de 2017 de <http://www.revistaforum.com.br/2016/02/17/christian-dunker-politicas-de-identidade-e-a-busca-de-um-novo-modelo-de-critica/>.
- Fernández, A. M. (2006). *O campo grupal: notas para uma genealogia*. São Paulo, Martins Fontes.
- Formigoni, M. C. (2017). Segregação, infância generalizada e alegria: Questões para a psicanálise. *Stylus Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, 34, p. 75-82.
- Freud, S. (2011). Psicologia das Massas e análise do eu. In: Strachey, J. (Ed.); Souza, P. C. (Trad.) *Obras completas* (vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1921).

- Freud, S. (2012). Totem e Tabu. In: Strachey, J. (Ed.); Souza, P. C. (Trad.) *Obras completas* (vol. 11). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1912-13).
- Guedes, C. F.; Sato, F. G., & Joia, J. H. (2015). ¿Cuánto tiempo de atención? La intensidad de los encuentros hasta la posibilidad de historización. *Infeies – RM*, 4 (4). Acessado em 28 de julho de 2017, de <http://www.infeies.com.ar/numero4/bajar/D.C.2.Guedes&Ghiringhello&Joia.pdf>
- Holanda e cols. (2015). *Premissas e princípios norteadores das práticas com grupos no campo da psicanálise: uma revisão da literatura*. Acessado em 10 de agosto de 2017, de http://www.isepol.com/asephallus/numero_19/pdf/premissas_e_principios_norteadores_das_praticas_com_grupos.pdf
- Jasiner, G. (2008). *Coordinando grupos: una lógica para los pequeños grupos*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Junqueira, D. (2017). *É Carnaval na Cracolândia! Bloco de usuários e trabalhadores desfila no centro de São Paulo*. R7. Acessado em 20 agosto de 2017, de <https://noticias.r7.com/sao-paulo/e-carnaval-na-cracolandia-bloco-de-usuarios-e-trabalhadores-desfila-no-centro-de-sao-paulo-25022017>
- Lacan, J. (1977). *O seminário 24. L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre....* Aula de 11.01.77. Inédito.
- Lacan, J. (1985) *O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1998a). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. En *Escritos*, pp.197-213. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1945).
- Lacan, J.(1998b). Função e campo da fala e da linguagem. En *Escritos*, pp. 238-324. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lacan, J. (1998c). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. En *Escritos*, pp. 591-653). Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1958).
- Lacan, J. (1992a). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1969/1970).
- Lacan, J. (1992b). *O seminário, livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1960).
- Lacan, J. (2003a). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003b). A psiquiatria inglesa e a guerra. In *Outros Escritos*, pp.106-126. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1947).
- Maliska, M. E. (2004). *Resistência Multifacetada*. Acessado em 10 de agosto de 2017, de www.convergenciafreudlacan.org/inove4/php/download.php?id_rel=257
- Martins, R. C. R. (2016). *A escuta ético-política na rua*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ONU. Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Acessado em 01 de agosto de 2017, de www.direitoshumanos.usp.br.
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O Processo grupal*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Pontalis, J. B. (1963). Le petit groupe comme objet. *Les Temps Moderns*, 211, p. 1057-1059.
- Ramos, C. (2015). *O mal-estar fora dos muros: a "humanidade em trânsito" sob a lógica capitalista da "acumulação por despossessão"*. Instituto Vóx, São Paulo. Acessado em 27 de junho de 2017, de http://www.voxinstituto.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/o-mal-estar-fora-dos-muros-conrado-ramos_7.pdf.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Scarcelli, I. R. (2017). *Psicologia social e políticas públicas: Pontes e interfaces no campo da saúde*. São Paulo: Zagodoni, 272p.

Silveira, F. (2015). A clínica do grupo no movimento analítico brasileiro: Origens. In: Abud, C. C. (Ed.). *A subjetividade nos grupos e instituições: Constituição, mediação e mudança*. São Paulo: Chiado.

Wongtschowski, E. & Zaher, V. L. (2015). Prefácio, consolidando grupos e instituições. In: Abud, C. C. (Ed.) *A subjetividade nos grupos e instituições: constituição, mediação e mudança*. São Paulo: Chiado Editora.

Submetido em: 28/06/2017

Aceito em: 20/10/2017